

**ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA:
INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL
COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)**

**INDIANS, BLACK WOMEN AND WEALTHY LADIES IN THE SAME
WOOF: INTERDEPENDENCE AND SOCIAL HIERARCHY IN
COLONIAL BRAZIL (VIAMÃO, 1747-1759)**

Israel Aquino¹

Resumo: Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em História em andamento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Propõe-se a estudar a formação de redes de compadrio na freguesia de Viamão no período colonial, com o objetivo de investigar a utilização do compadrio como estratégia de atuação e reprodução social naquela sociedade. A partir de um recorte que reuniu 31 registros de batismos, cujas mães eram mulheres em situação de cativo – negras e índias, escravas ou administradas - buscamos analisar como eram formadas suas redes relacionais e de que forma o compadrio era utilizado por estas mulheres. Para tanto, utilizamos registros de batismo, a fim de promover o mapeamento de tais redes, além de recorrer às ferramentas conceituais da metodologia da análise de redes sociais para fins de interpretação e análise dos resultados.

Palavras-Chave: Análise de Redes Sociais; Compadrio; Hierarquias Sociais.

Abstract: This article is the result of a Master's degree in History in progress at the Federal University of Rio Grande do Sul. It proposes to study the formation of compadrazgo networks in the parish of Viamão in the colonial period, with the objective of investigating the use of compadrazgo as a strategy of action and social reproduction in that society. From a clipping that gathered 31 baptismal records, whose mothers were captive women - black and Indian, slaves or managed - we sought to analyze how their relational networks were formed and how compadrazgo was used by these women. To do this, we use baptism records to promote the mapping of these networks, as well as to use the conceptual tools of the methodology of social network analysis for the purpose of interpretation and analysis of results.

Keywords: Social Networking Analysis; Compass; Social hierarchies.

Este artigo se propõe a estudar a formação de redes de compadrio na freguesia de Viamão no período colonial, buscando investigar sua utilização como estratégia de atuação e reprodução social. O recorte estabelecido abrange o período de 1747, data do primeiro registro de batismo da freguesia, até 1759, data de encerramento do Livro I de batismos da Capela de Nossa Senhora de Conceição de Viamão, totalizando 559 registros analisados, a partir dos quais foram selecionados para este trabalho os registros que envolvem mulheres oriundas dos substratos econômicos subalternos daquela sociedade, a fim de visualizar como estavam formadas suas redes de compadrio. Este conjunto foi subdividido de acordo com a posição social ocupada por

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro. Membro do Grupo de Pesquisa/Cnpq SARAS - Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul.

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino

cada uma, tomando como referência a condição social da mãe da criança batizada. Assim, as análises foram divididas em dois grupos: o primeiro reuniu 21 registros de batismo de crianças filhas de 9 mães negras, pertencentes a dois plantéis escravos da região; e o segundo, que analisou dez registros de batismo de crianças filhas de índias administradas de uma fazenda da freguesia.

Estabelecida sobre uma noção de 'bem comum', a sociedade forjada nos extensos domínios lusos estava baseada na distribuição de privilégios, na construção de alianças familiares e clientelistas e em um exercício constante de diferenciação social. Nas palavras de João Fragoso, esta sociedade estava organizada por práticas costumeiras, construídas pela regularidade das sociabilidades locais, e vinculadas a uma concepção corporativa de mundo (FRAGOSO, 2010, 249).

Assim, para entendermos o conceito de economia do bem comum é necessário considerar que o mesmo encerra uma forma particular de apropriação do excedente social, onde os a produção e o controle de bens e serviços eram concedidos a particulares e exercidos através de monopólios, através do sistema de mercês. Além disso, essa noção implica em duas outras, a saber: a primeira diz respeito a um mercado regulado pela política; e, além disso, a organização de uma hierarquia social excludente, que funcionava simultaneamente como ponto de partida e de chegada desta economia. Como pano de fundo, havia a estratificação social do Antigo Regime, na qual a mobilidade passava pela prestação de serviços ao Rei e à República (FRAGOSO, 2001, 22). Porém, esse sistema só fica completo quando atentamos para o fato de que se baseava em uma série de interdependências e reciprocidades, atravessada por práticas de alianças com seus dons e contradons, que criavam extensas redes de compromisso, proteção e clientela. Assim, fechava-se o ciclo que servia de sustentação para a economia do bem-comum e para a mimese do Antigo Regime nos domínios atlânticos lusos.

Família, compadrio e hierarquias sociais

Hespanha aponta que a própria imagem da família e do mundo doméstico estava presente em todo o discurso social e político do Antigo Regime, sendo construído a partir de uma concepção de direito natural e costumeiro e do conceito de 'casa'. Dessa forma, Hespanha aponta que a "*união entre os cônjuges gerava (...)*

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino

vínculos suplementares, tecendo entre todos os elementos da família uma rede afetiva" (XAVIER e HESPANHA, 1993, 954). Por sua vez, o direito canônico e as práticas costumeiras ampliavam ainda mais essa noção de família, produzindo assim a ideia de casa.

Dentre as temáticas relacionadas à família, a noção de compadrio e das redes que este formava, inseridas na dinâmica da sociedade colonial e tomadas enquanto elemento chave para compreensão das estratégias desenvolvidas nessa sociedade vem ganhando destaque, especialmente nos estudos que se dedicam a compreender e explicar a economia do dom, que ditava as normas de sociabilidade naquela sociedade.

O termo 'economia do dom', cunhado pelo francês Marcel Mauss, é usado para definir ações sociais de um indivíduo que tem uma contrapartida indireta. A concepção da dádiva, conforme Mauss, está estruturada em uma estrutura tripartida, que abrange não apenas o ato da doação, mas também a recepção e a restituição pelo beneficiado (MAUSS, 1923). Nesse sentido, João Fragoso destaca como esta noção é adequada à compreensão das sociedades de regime colonial, onde o movimento de dar (a prática do dom) pressupunha também a expectativa de receber e retribuir, e deste modo estabelecer relações sociais cuja marca era o desequilíbrio e a dependência, características bastante marcantes em uma sociedade que era pensada continuamente em bases de diferenciação, hierarquia e privilégio (FRAGOSO, 2000, 118).

Conforme apontam Vainfas, padrinho e madrinha se tornavam, no catolicismo, pais espirituais do batizando, estabelecendo parentesco espiritual com os pais carnis. Mas a utilização histórica do rito transcendia o significado religioso. Estar compadre de alguém também significava estar "*em boa amizade*".

Relatos coevos aludem à extrema importância dada na sociedade colonial às relações de compadrio, havendo registro de parentes consangüíneos preferirem se intitular de compadres, dado o prestígio desta relação. [...] No período colonial, padrinho também era referido no sentido de protetor, aquele que intercede por alguém em certas circunstâncias. (VAINFAS et. al., 2000, 126)

Ramos aponta uma dupla estratégia observada na escolha de padrinhos e madrinhas para a região de Vila Rica (MG) no século XVIII. A escolha dos compadres normalmente recaía sobre homens de status semelhante ou superior, demonstrando uma estratégia de criação de vínculos com iguais que buscava estender os laços

sociais. As madrinhas, por outro lado, eram comumente escolhidas entre mulheres da família, em movimento projetado de modo a reforçar laços familiares; a escolha dos padrinhos cumpria, assim, uma função dupla, de criar novos laços e reforçar relações existentes, gerando uma imagem de várias teias ou redes sociais entrelaçadas (RAMOS, 2004, 59). Essas práticas coadunam com aquilo que João Fragoso apontou como as diretrizes básicas de atuação de grupos na formação de suas redes sociais: buscar aliados entre estratos sociais com mais recursos, reafirmar pactos de amizade entre seus semelhantes, e formar uma clientela a partir das relações com subalternos (FRAGOSO, 2010, 83).

Mas o estabelecimento de relações entre ‘compadres’, ‘comadres’ e afilhados não deve ser visto, é importante que se diga, como sinônimo de uma rede de ‘iguais’, ainda que os envolvidos tivessem status social, por vezes, semelhante. De acordo com Venâncio, em um contexto de elevada hierarquia social o compadrio tornava-se mais um elemento legitimador das relações de poder internas ou externas aos grupos sociais, surgindo assim às noções de “*amizade desigual*” e “*intermediários sociais*”, servindo as redes de compadrio como base para o estabelecimento de complexas teias de favorecimento e fidelidade:

na sociedade da época, a noção de ‘prestígio’ vinculava-se à capacidade de dispor de recursos [...], gerando assim uma ‘economia de favores’, de dom e contra-dom; em outras palavras, de reciprocidade social envolvendo desiguais. Ao benfeitor cabia conceder e ao beneficiado cabia ser fiel, não sendo esse gesto visto como um desvio da ‘norma’, mas sim como sua corporificação. (VENÂNCIO et. al., 2006, 274)

Esta questão também foi apontada por Sílvia Brügger, que indicou o esforço pela realização de alianças verticais, ou alianças “*para cima*”, onde os pais buscavam como padrinhos sujeitos de hierarquia social superior ou semelhante, como estratégia social para obtenção de benefícios, prestígio ou segurança (BRUGGER, 2007, 285). Assim, pais cativos ou forros apareciam nos livros de batismo pesquisados pela autora muito mais frequentemente estabelecendo relações de compadrio com cidadãos livres, enquanto nas famílias livres as associações se estabeleciam preferencialmente com outras famílias livres, de estrato social e econômico semelhante ou superior (BRUGGER, 2007, 286-292).

Essa afirmação precisa ser entendida em seu contexto mais amplo, qual seja, o contexto de hierarquização social das sociedades de Antigo Regime. Ao pensar a

instituição do compadrio para esta freguesia sul-brasileira do século XVIII, é preciso compreender a dinâmica social na qual esta sociedade estava inserida e que governava esta e outras relações. Conforme aponta Giovani Levi, as sociedades de Antigo Regime eram governadas pela "*justiça distributiva*", isto é, "*por uma justiça que aspira a garantir a cada um o que lhe corresponde segundo seu status social*"² (LEVI, 2009, 53). Neste contexto, as relações engendradas pelos atores sociais estavam atravessadas pela ideia de equidade (Idem), que aqui deve ser entendida como fundamentalmente distinta do conceito contemporâneo de igualdade: em um corpo social que baseava suas relações em uma estratificação rígida e costumeira, a equidade social cimentava a noção de uma sociedade de desiguais, onde a atuação de seus membros estava pautada pela busca de distinções e privilégios.

Nessas circunstâncias, é possível pensar o compadrio como parte de uma estratégia de atuação que buscava favorecer a posição de um indivíduo ou grupo frente a seus semelhantes, atuação esta que era permanentemente pensada como um exercício de diferenciação social. Tal pode ser percebido nas fontes que chegaram até nós, onde parte deste esforço pode ser identificado. João Fragoso vê um exemplo disto em fontes paroquiais do Rio de Janeiro no século XVIII:

Através do estudo das freguesias rurais do Rio de Janeiro é possível recuperar aspectos de tal hierarquia nas categorias usadas pelos clérigos das freguesias para classificar seus paroquianos. Eles recorriam, entre outros procedimentos, a patentes de ordenanças, a títulos de dona, a qualitativos jurídicos como forro, a qualitativos sociais como pardos ou ainda a expressões como "assistente de casa". (FRAGOSO, 2009, 165)

Para os registros de Viamão identificamos idêntico expediente, tendo os clérigos da região tomado o cuidado de indicar distintivos tais como patentes militares e religiosas, condições sociais tais como escravo, forro ou administrado, local de origem (no caso de migrantes), bem como o distintivo 'dona' para as esposas e filhas de potentados locais.

Esse cuidado por parte dos párocos não acontecia por acaso. João Fragoso aponta como a organização da sociedade e da *res publica* durante o período da

² Giovani Levi propõe pensar conceitos como reciprocidade, equidade e justiça distributiva para sociedades que se desenvolveram no contexto do Antigo Regime mediterrâneo. Contudo, estamos inclinados a concordar com o que propõe autores como Fragoso (2010) e Hespanha (2007), ao pensar estes como extensíveis às sociedades que se desenvolveram no Atlântico Sul, na medida em que estas últimas buscavam mimetizar algumas das práticas que imprimem significado ao conceito de Antigo Regime, em especial a hierarquização que atravessava as relações presentes nessas sociedades.

conquista esteve profundamente marcada por práticas costumeiras, construídas pelas regularidades das sociabilidades locais, e por uma concepção corporativa, advinda de uma orientação valorativa calcada em elementos do Velho Mundo. A materialidade dessas práticas, por sua vez, teria se dado na forma de relações de clientela e de parentesco consanguíneo e fictício, forjando um idioma de relações de dependência que atravessava toda aquela sociedade (FRAGOSO, 2010, 248-9).

Ao transportar esses elementos para a problemática específica de que tratamos aqui, ou seja, a formação das redes de compadrio, entendemos ser possível identificar esse conjunto de elementos nas estratégias adotadas pelos atores envolvidos. A partir destes, portanto, buscamos pensar de que forma as redes de compadrio podem nos ajudar a evidenciar e refletir sobre essas formas de sociabilização e sobre o modo como as hierarquias sociais atravessavam as relações presentes na sociedade estudada. Para tanto, cabem alguns apontamentos iniciais a respeito do método de análise que adotamos para o presente trabalho.

Análise de Redes Sociais na História

A ideia de rede social fomenta, entre os diferentes paradigmas e disciplinas pelos quais transita, uma multiplicidade de abordagens e compreensões, o que torna por vezes difícil sua conceituação. De forma mais geral, podemos tomar uma rede social enquanto um “conjunto finito de atores e a(s) relação(ões) que se estabelecem entre eles” (Wasserman & Faust, 1994, 20). A Análise de Redes Sociais (do inglês SNA - *Social Network Analysis*) consiste em um campo multidisciplinar que conjuga elementos de diferentes disciplinas. Propõe, fundamentalmente, um estudo sistemático de redes representadas graficamente, tomadas enquanto representações das estruturas de relacionamento que pessoas ou organizações estabelecem entre si.

A análise de redes sociais se dedica ao estudo dos diferentes tipos de interação entre indivíduos, tendo se originado a partir de estudos e conceitos originados em diferentes áreas, como a antropologia, a psicologia social, a sociologia estrutural e a matemática. A teoria das redes indica que o comportamento dos indivíduos de um grupo e sua estrutura se realizam no âmbito do espaço social formado pelo próprio grupo e seu entorno, de modo que as relações firmadas por tais indivíduos podem ser analisadas a partir de procedimentos metodológicos próprios, envolvendo a utilização

de arcabouço conceitual e ferramentas informáticas que permitem sistematizar tais relações e proceder à sua análise (MATHIAS, 2014, 133-134).

De acordo com Bertrand, a noção de rede social remete a uma estrutura construída com base nas relações existentes entre indivíduos (BERTRAND, 2012, 61). Essa noção, por sua vez, remete a uma primeira caracterização da rede em termos morfológicos, onde essa estrutura pode assumir um formato egocentrado (construída em torno de um indivíduo) ou polinodal (que evidencia a existência de relações fragmentadas, organizadas em torno de um ou vários núcleos). Assim, conforme aponta Fioravante, o estudo desses vínculos busca evidenciar a capacidade de cada ator social manipular o conjunto de suas ligações com o intuito de satisfazer seus interesses e necessidades (FIORAVANTE, 2013, 222).

Partindo da teoria dos grafos e da sociometria, uma rede social é representada graficamente como um conjunto de pontos, representando os agente ou atores sociais, estes vinculados por uma série de relações, que são representadas pelas linhas do gráfico. Essas relações são influenciadas pelo posicionamento do indivíduo na rede (central ou periférico), seu acesso a recursos, a intensidade dos relacionamentos, a densidade da rede, entre outros fatores (PONCE LEIVAS e AMADORI, 2008, 22).

A primeira etapa da análise de redes é a criação do que chamamos matriz de adjacência, em que linhas e colunas representam os atores sociais envolvidos em determinada relação e contexto históricos (PANDOLFI & BUENO, 2014, 2). A elaboração das matrizes e seus grafos³ correspondentes é parte fundamental deste método. Cada matriz e seu grafo correspondem a uma espécie de instantâneo dos relacionamentos do grupo em análise. Contudo, há de se considerar que esse “instantâneo” das relações sociais não aponta para a existência de relações estanques: pelo contrário, é preciso levar em conta as dinâmicas que envolviam as mesmas. Nesse sentido, Leiva chamou atenção para o fato de que as redes podem sofrer mudanças em suas configurações ao longo do tempo: “*as redes, longe de serem estáticas, confiáveis e duradouras estão sujeitas a mudanças e contingências que nos falam sobre sua vulnerabilidade*” (POCE LEIVA e AMADORI, 2008, 30).

³ Grafo é o termo utilizado na SNA para designar a representação gráfica das redes.
REHR| Dourados, MS | v. 12 | n. 23| p. 161- 186 jan. / jun. 2018

Os grafos são representações formadas pelas unidades de análise (pessoas, organizações) e pelas relações estabelecidas entre elas, que são representadas por pontos (nódulos) e linhas, respectivamente. Pode também contar com setas, que indicam o sentido das ligações (relações) estabelecidas, mas estas podem ser omitidas, quando o grafo estiver representando relações multidirecionais. De acordo com o tipo de grafo utilizado, as formas e cores dos nódulos variam, o que também ocorre com o comprimento das linhas, de forma a dar um significado visual ao que foi expresso na matriz pelo pesquisador. Para a elaboração destes grafos existem diversos softwares, disponíveis, de forma gratuita, na Internet, ou no mercado. São exemplos o Cyram, o Pajek, o Ucinet e o NodeXL⁴, sendo os dois últimos adotados para a elaboração das matrizes e componentes visuais deste trabalho.

Uma das preocupações que surgem com o uso da SNA é a aparente simplificação das relações que se estabelecem ou, conforme aponta Thiago Gil (2005, 1), certa pretensão de objetivizar as relações humanas. Torna-se, portanto, necessário ressaltar que com esta técnica não se pretende dar conta da totalidade das relações, mas sim "*apresentá-las de uma forma ordenada e visualmente inteligível para o investigador*" (Idem). Conforme aponta Hanneman:

Uma razão para a utilização das técnicas matemáticas e dos grafos na análise de redes sociais é que permite representar a descrição de uma rede de maneira concisa e sistemática. Também possibilita o uso de computadores para armazenar e manipular rapidamente a informação, de maneira mais precisa do que se fosse feito manualmente. [...] As representações formais asseguram que toda a informação necessária se encontra representada sistematicamente e fornecem as regras para fazê-lo de forma eficiente. (HANNEMAN, 2000, 3)

Faz-se necessário, desta forma, refletir sobre a utilização do instrumental proporcionado pela SNA em estudos históricos, e de forma particular na aplicação desta para a análise de fontes do período colonial. A esse respeito, Michel Bertrand nos lembra do cuidado que se faz necessário ao empregar em estudos históricos ferramentas que foram construídas para pensar sociedades contemporâneas:

Não podemos, pois, descartar o impacto que pode ter esta transferência de um modelo de relação social elaborado para a análise

⁴ O Cyram (<http://www.cyram.com/>) e o Pajek (<http://mrvar.fdv.uni-lj.si/pajek/>) são dois exemplos de softwares de análise de redes que dependem de licenciamento. Por outro lado, o complemento NodeXL (<https://nodexl.codeplex.com/>) e programas como o Gephi (<https://gephi.org/>) e Ucinet (<https://sites.google.com/site/ucinetsoftware/home>) são exemplos de softwares disponibilizados de forma parcial ou totalmente gratuita na internet.

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino

de um dado tipo de sociedade para sociedades de Antigo Regime, cujas regras de funcionamento eram radicalmente diferentes. [...] A utilização de métodos de pesquisa baseados em fontes não permite uma abordagem ou apreensão global do objeto de estudo, colocando o historiador em uma posição muito diferente daquela que goza o sociólogo ou o antropólogo. (BERTRAND, 2012, 57)

Deste modo, aponta Bertrand, existem pelo menos duas limitações a que precisamos estar atentos ao adotar a SNA para o estudo de sociedades de Antigo Regime, a saber: por um lado, estamos limitados pelas próprias fontes, e pela forma como nelas se apresenta nosso objeto. Bertrand nos lembra que *"uma rede não pode existir, em absoluto, fora [...] de uma finalidade ou de um projeto em particular [...], construído por atores sociais em um contexto específico"* (BERTRAND, 2012, 57). Em outras palavras, entende-se que a própria identificação dessas redes em uma fonte histórica é precedida pela atuação dos agentes históricos em prol de seus objetivos ou projetos próprios.

Por outro lado, Bertrand aponta que as redes a que temos acesso através das fontes serão sempre e necessariamente limitadas, seja pelo recorte temporal, espacial, ou pela própria dinâmica que governava as relações estabelecidas entre os agentes (ou, mais precisamente, as mudanças nessas relações). Desta forma, podemos dizer que o que chega ao historiador são, na verdade, 'fragmentos' de rede, de modo que *"a reconstituição [dessas] redes se limita [...] essencialmente a uma aproximação sincrônica, em detrimento [...] da diacronia"* (BERTRAND, 2012, 58). Bertrand reforça, nesse sentido, a necessidade de que o historiador adote duas precauções:

Ao querer empurrar os limites de uma rede o mais longe possível em um espaço social dado para reconstruir sua globalidade [...], corre-se o risco, sobretudo, de se chegar em uma verdadeira "apoplexia do conceito" [...] [onde] "todo mundo está em relação com todo mundo". Também parece mais pertinente [...] interessar-se na lógica combinatória que relações e vínculos permitem estabelecer entre os atores no marco de uma rede, mais que no simples fenômeno acumulativo [de relacionar os vínculos]. (BERTRAND, 2012, 64)

Cabe, portanto, ao pesquisador interessado em aplicar o método apresentado, o cuidado e o esforço, conforme lembra também Bertrand, de demonstrar efetivamente as consequências das relações identificadas, mais que o simples ato de enumerá-las.

Redes de compadrio na freguesia de Viamão – século XVIII

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino

O 1º livro de batismos da freguesia de Viamão reúne 559 registros de batismo, realizados entre os anos de 1747 e 1759. Neste período, conforme podemos depreender dos róis de confessados ainda disponíveis, das fontes paroquiais e de outros trabalhos consultados, a população da freguesia passou por oscilações bastante sensíveis, devido às sucessivas levas migratórias que ali chegaram, partindo de um contingente de cerca de 800 pessoas adultas no final dos anos de 1740 (KUHN, 2006, 104), e atingindo um número que deve ter ultrapassado o dobro disso nos anos seguintes. Existem sérias dificuldades em se precisar um número mais exato, especialmente porque os róis de confessados remanescentes compreendem apenas o período entre 1751 e 1758, além de apresentarem (assim como os registros de casamento e batismo) páginas corroídas, falhas e omissões relevantes. Essa população se distribuía em cerca de 135 fogos⁵, o que indica uma média de sete pessoas adultas por fogo (considerando os dados do rol de 1751), embora saibamos que esse número poderia variar muito, com algumas propriedades mantendo um plantel maior de cativos, além de outros familiares e agregados.

Esses números foram incrementado pela chegada de contingentes sucessivos nas décadas seguintes, como no caso das famílias açorianas, dos indígenas guaranis e dos refugiados de Rio Grande após a invasão espanhola de 1763. Esses fluxos migratórios podem ser facilmente percebidos nos registros de batismo, que apresentam maiores picos nos anos imediatamente posteriores à chegada destes grupos, conforme mostrado no gráfico a seguir.

⁵ Apenas nos róis de 1751 e 1756 se conservou a estimativa produzida pelo padre José Carlos da Silva quanto a população visitada. Já para o ano de 1756, o padre estima uma população de 1125 pessoas, distribuídas em 187 fogos, o que resulta em uma média de 6 pessoas por fogo.

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino

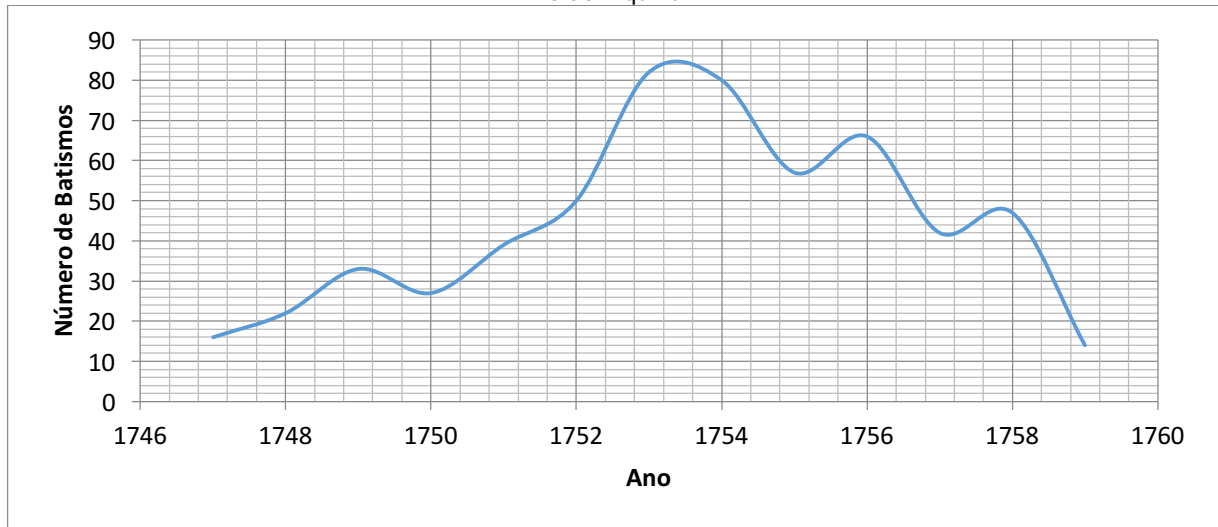


Imagem 1: Batismos realizados em Viamão - 1747-1759

Fonte: Livro 1 de Batismos de Viamão

Os registros apresentaram uma média de 48 batismos ao ano, porém com claras oscilações ocorrendo ao longo do período. Os anos iniciais de formação da freguesia, anteriores à chegada dos açorianos, apresentam um número de nascimentos mais baixo, assim como os anos finais da década de 1750, imediatamente posteriores ao desmembramento da freguesia de Triunfo. Por outro lado, a chegada de grupos populacionais é claramente refletida nos registros, como pode ser percebido nos anos de 1753 e 1754. Para os anos de 1750, essa curva ascendente coincide com o aumento do registro de casamentos, que atinge seu maior número em 1753, quando foram realizadas 30 cerimônias na freguesia, o que corresponde a quase o dobro da média naquela década, que foi de 15,9. Cabe ainda lembrar que os registros paroquiais remanescentes, especialmente no caso dos batismos, contêm lacunas importantes, posto que ali não encontramos, praticamente, registros dos nascimentos ocorridos no aldeamento indígena dos Anjos, de modo que os números disponíveis, seguramente, subestimam a população real.

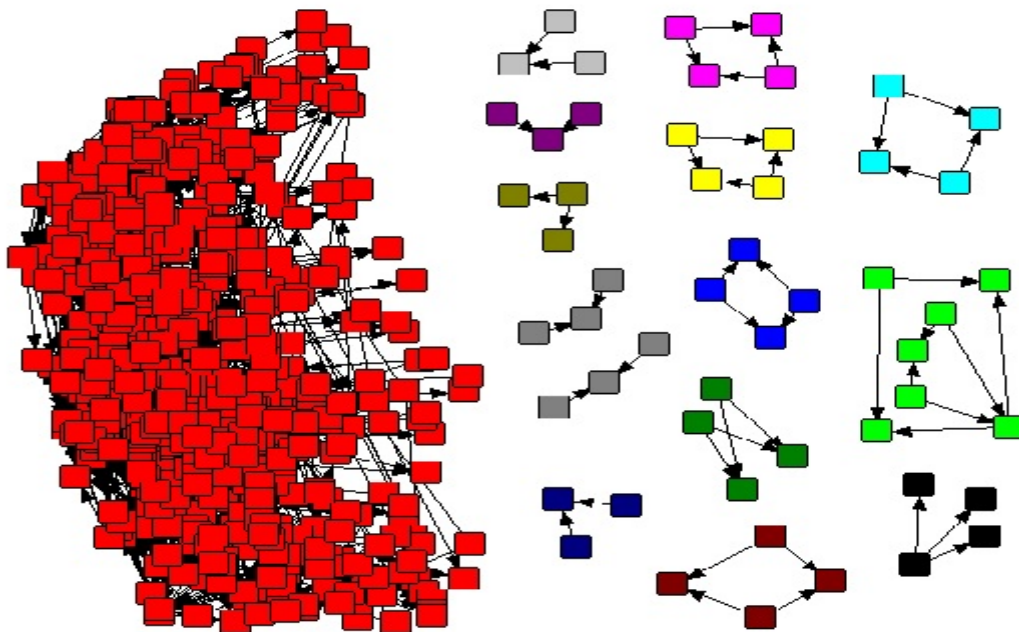
A rede estabelecida a partir da sistematização dos registros deste livro é composta por 1001 nós, que estabelecem entre si um total de 3674 laços distribuídos em 15 componentes. A representação gráfica desta rede demonstra a existência de um componente principal, relacionado mais densamente, que reúne cerca de 95% dos agentes listados. Esse número demonstra que, embora nem sempre estivessem ligadas diretamente, a maioria das famílias da região estava ritualmente relacionada, o que reforça a ideia de uma sociedade interdependente, onde diferentes estratos

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino

sociais se interligavam através das práticas religiosas. Além do componente principal, identificamos outros 14 componentes menores e isolados, formados por de 3 a 12 indivíduos cada, ou seja, pequenos grupos que não estavam ligados através do compadrio à comunidade da freguesia, sendo estes formados majoritariamente por famílias de migrantes que estavam chegando à região no período.

Cada um dos nós desta rede (também chamados pontos, nodos ou vértices) representa um indivíduo (um dos pais ou padrinhos) mencionado nos registros de batismos, enquanto os laços (linhas, *edges*) são uma representação das relações que essas pessoas estabeleciam entre si. Aqui, falamos de relações de compadrio, onde os pais ofereciam seus rebentos como afilhados às pessoas que os apadrinhavam, em uma relação desigual que envolvia distintas práticas sociais (dom, fidelidade, reciprocidade). Tratava-se, portanto, do que a teoria das redes chama de uma relação direcional, uma relação que unia indivíduos em posições desiguais. Essa relação é representada nos gráficos por setas, que apontam a direção destes relacionamentos (indo dos pais para os padrinhos).



Grafo 1: Redes de Batismo - 1747-1759

Fonte: Livro 1 de Batismos de Viamão

As métricas produzidas para esta rede indicaram que a mesma possuía densidade baixa, de apenas 0,001. A densidade D de uma rede é calculada a partir da fórmula $D = l/[n(n-1)]$, onde l indica o número de laços presentes no grafo e n o

número de vértices. Essa métrica produz uma relação entre o número de relações possíveis dentro de uma rede e o número de relações efetivas, permitindo identificar quão aglutinados são os vínculos do grupo analisado (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 129). Os dados da rede coadunam com as informações disponíveis a respeito da demografia regional, indicando a existência de uma comunidade pequena e dispersa, indicada pela baixa densidade geral, apresentando porém grupos no interior da rede que são mais densamente relacionados.

A existência de grupos mais densos no interior da rede é favorecida, também, pela atuação de agentes destacados no conjunto da comunidade, recorrentemente procurados como padrinhos, constituindo o grupo dos ‘campeões de batismo’ da região (cfe. denominação de BRUGGER, 2007). Esses indivíduos, parte da elite econômica regional, surgem nos registros apadrinhando um número expressivo de crianças, constituindo assim extensas redes de compadres e comadres.

Tomando este conjunto de registros como ponto de partida, neste trabalho nos propomos a realizar um breve ensaio, a partir de um recorte que reuniu 31 registros de batismos, envolvendo mulheres oriundas dos substratos subalternos daquela sociedade, a fim de visualizar como estavam formadas suas redes de compadrio. Este conjunto foi subdividido de acordo com a posição social ocupada por cada uma, tomando como referência a condição social da mãe da criança batizada. Assim, foram analisados 10 batismos de crianças filhas mães indígenas (cativas ou ‘administradas’) e 21 batismos de filhos de mães negras (também cativas). A partir desse recorte, nos propomos a identificar as estratégias de atuação adotadas – ou acessíveis – a este conjunto de mulheres pertencentes ao substrato socioeconômico inferior dessa sociedade, e pensar a maneira como se inseriam nas práticas costumeiras de hierarquização e estratificação social vigentes.

Escravas e seus compadres: o compadrio como forma de ascensão social

Para a análise proposta no presente trabalho, partimos de um recorte que reuniu os registros de batismos ocorridos dentro dos plantéis de duas importantes estâncias da freguesia na década de 1750, pertencentes aos sesmeiros Francisco de Pinto Bandeira e Jerônimo de Ornellas de Menezes e Vasconcelos. Ao todo, ocorreram 21 batismos envolvendo famílias escravas destes dois grupos no período

analisado, embora as relações formadas nos dois plantéis tenham sido caracterizadas por sensíveis diferenças, como será demonstrado.

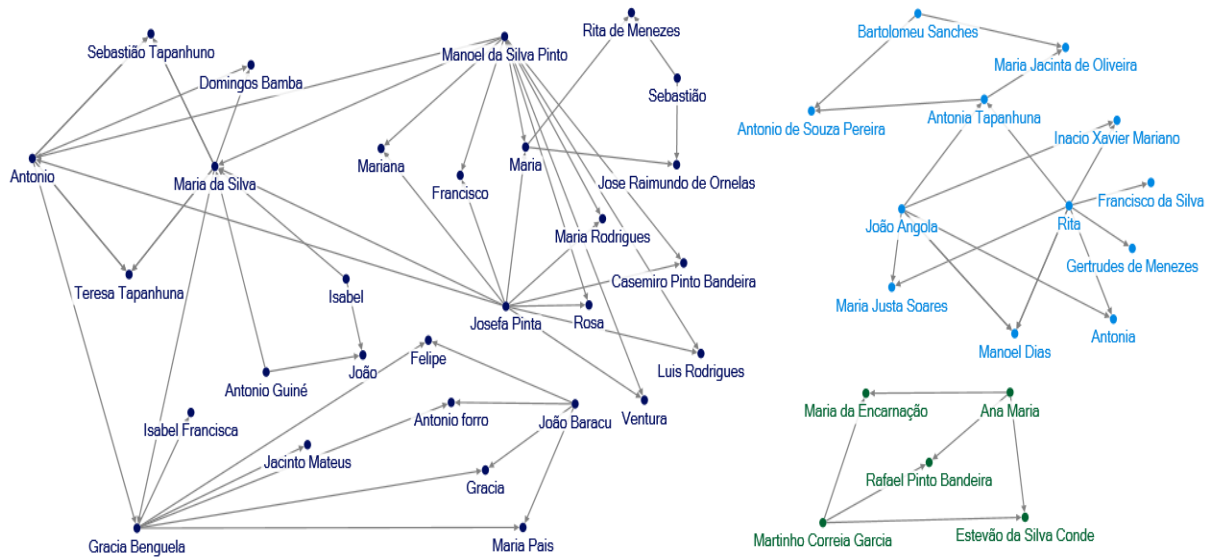
A família Pinto Bandeira constituiu-se em um importante grupo de poder na capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o século XVIII, tendo entre seus membros militares, estancieiros e, mais tarde, um governador militar da capitania, Rafael Pinto Bandeira. No período sobre o qual nos debruçamos aqui, o comando da Guarda do Viamão, local onde ocorria a cobrança de tributos sobre gado e mercadorias, estava entregue ao capitão Francisco Pinto Bandeira, proeminente estancieiro da região, tropeiro, militar e patriarca da família (KUHN, 2006, 113). Importante notar, ainda, que a região da Guarda era àquela que concentrava o maior contingente populacional da freguesia (embora não fosse sua sede oficial).

Outro grupo importante durante a formação da freguesia se organizou em torno do conhecido Porto do Dorneles, sob a liderança do sesmeiro Jerônimo de Ornellas de Menezes e Vasconcellos, que se estabeleceu no Morro de Sant'Anna por volta do ano de 1740. Natural do arquipélago da Madeira, Jerônimo é apontado nas genealogias disponíveis como descendente da fidalguia insular, e migrou para o Continente na década de 1730. A região do então 'Porto do Dorneles', dentro das terras de Jerônimo, anos mais tarde serviria como base para o núcleo urbano inicial da atual capital gaúcha, Porto Alegre, enquanto a localidade onde se situava seu fogo corresponde à região de divisa entre os atuais municípios de Porto Alegre e Viamão, o Morro de Sant'Anna.

No primeiro livro de batismos da freguesia, encontramos registros de 21 batismos ocorridos nos plantéis destes dois senhores, sendo possível identificar 7 escravas do plantel dos Pinto Bandeira que foram mães de 16 crianças, enquanto 2 escravas do plantel de Jerônimo de Ornellas foram mães de outros 5 rebentos. A rede formada por estas pessoas a partir dos laços de compadrio pode ser conferida a seguir.

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino



Grafo 2 – Redes de compadrio – Família escravas

Fonte: Livro 1 de Batismo de Viamão

O grafo acima é composto por três componentes, sendo dois deles (o maior, à esquerda, e o menor, abaixo, à direita) correspondentes ao plantel dos Pinto Bandeira. O terceiro componente (acima, à direita) corresponde à rede de compadrios das famílias escravas do plantel dos Ornellas de Menezes.

A partida, podemos notar uma diferença importante entre esses elementos: a condição social diversa das pessoas que os compõe. Para o plantel dos Pinto Bandeira, temos 10 registros onde os padrinhos eram escravos, ou 62,5%; enquanto no outro componente temos apenas um registro que contou com uma madrinha escrava, o que corresponde a 20%. Em apenas dois casos os registros não apontam o nome do pai da criança, além de um único caso de um filho natural. Portanto, temos uma alta taxa de legitimidade (85%) entre as crianças nascidas nestes plantéis.

A primeira impressão que temos é de que as duas escravas do plantel Ornellas, Rita e Maria, tinham maior chance de contrair relações com pessoas livres e, portanto, gozavam de uma posição social privilegiada em relação a seus pares. Mas devagar com o andar. De fato, a possibilidade de construir laços com pessoas de estrato e condição social superior era um expediente buscado com frequência pela população cativa, servindo como mecanismo de diferenciação no interior dos plantéis, ao mesmo tempo em que concorria para ampliar as possibilidades de proteção e, quem sabe, de uma futura libertação. Nesse sentido, os estudos sobre o compadrio escravo no Brasil

têm dado atenção para este expediente, e frequentemente tem demonstrado como a busca de um compadre (e/ou padrinho) livre era uma estratégia frequente da população cativa na busca por uma chance de mobilidade social (ainda que bastante restrita)⁶.

Por outro lado, a forma como essas relações foram pensadas também poderia demonstrar uma estratégia do senhorio, no sentido de garantir a lealdade das famílias cujos filhos estavam sendo batizados. Essa possibilidade é reforçada pelo fato de que a maioria do padrinhos destas crianças (50%) eram filhos e genros do sesmeiro Jerônimo de Ornellas, mantendo os laços criados, portanto, dentro do âmbito da 'casa'. Isso coaduna com as conclusões de João Fragoso, segundo o qual *"entre senhores e subalternos existia um pacto desigual, em que aos primeiros cabia proteção e direção, e aos segundos a obediência; porém, mesmo desigual, não deixava de ser um pacto e sobre ele tínhamos um dos alicerces da casa"* (FRAGOSO, 2010, 76).

Essa prática, portanto, não fugia ao conjunto de regras que operava naquela sociedade de Antigo Regime; na verdade, corporificava uma norma costumeira que atravessava as relações de livres e cativos e organizava a vida daquela sociedade colonial. Se, por um lado, esses laços implicavam em lealdade e obediência por parte daquelas escravas, a isso correspondia uma contrapartida esperada, que poderia beneficiar as mães ou, ainda, seus filhos: proteção, acesso a trabalhos menos penosos e, talvez, um horizonte de liberdade.

Mas essa 'ascensão interna' na hierarquia cativa poderia dispor de outros artifícios, mesmo quando a relação ritual se dava entre pessoas de estrato social semelhante. Vejamos, por exemplo, a trajetória de outra cativa, Josefa Pinta, do plantel de Francisco Pinto Bandeira, que no período estudado teve cinco filhos batizados na freguesia, ao lado de seu companheiro Manoel.

No primeiro desses registros, o batizado da pequena Anastácia, datado de 23 de junho de 1748, a negra Josefa contraiu relações de parentesco espiritual com Antônio e Maria, ambos negros e também escravos de seu senhor. Nessa ocasião, todos os envolvidos (pais e padrinhos) são registrados pelo pároco como

⁶ Nesse sentido apontam trabalhos como os de Ramos (2004); Venâncio (2006); Brugger (2007); Fragoso (2010), entre outros.

‘tapanhunos’, designativo comum para negros escravos no período. Já o registro seguinte ocorre dois anos depois, quando ocorre o batizado de outro filho, Vitorino. Já nesta ocasião os compadres possuíam uma ‘qualidade’ diferente: eram ambos livres, sendo um deles a mulata Mariana (de quem não temos outras informações) e o outro um homem branco chamado Casemiro Pinto Bandeira⁷.

Depois disso, a situação de Josefa melhora, por assim dizer. Já em 1752, quando do batizado de sua filha Marta, ela é citada no registro como Josefa Pinta, assim como seu esposo é citado como Manoel da Silva Pinto. Além disso, o casal volta a contrair relações com padrinhos livres no batizado do filho Damázio, em 1756. Essa mudança na forma como Josefa e seu esposo são nomeados nos dá uma pista de como sua situação evoluiu no cativeiro: a adoção de apelidos (sobrenomes) por escravos é frequentemente apontada como uma forma de ascensão e diferenciação social. Em especial, como parece ser o caso em questão, quando o nome adotado fazia referência à família senhorial (no caso, o sobrenome Pinto e sua variação feminina, Pinta).

Donald Ramos, em sua investigação sobre o compadrio em Via Rica, já mencionava como a adoção de uma sobrenome parecia corresponder a uma diferenciação social construída nos moldes do Antigo Regime: nos registros por ele analisados, os cativos que adotavam o sobrenome dos seus senhores costumavam ser convidados com mais frequência para apadrinhar crianças nascidas dentro das escravarias locais, tornando-se padrinhos preferenciais entre seus pares (RAMOS, 2004, 56). Isso, por si, é um indicativo do prestígio de que gozavam esses homens e mulheres, o que lhes permitia um exercício de diferenciação, embora este fosse limitado pelo cativeiro. Carlos Engemann reforça esta impressão, ao conjecturar o tipo de raciocínio subjacente a esta prática colonial.

Antes que se pense apenas na adesão ou devoção desses aos seus senhores, é possível postular que essa foi uma “herança” tomada ao antigo senhor. Um nome, uma identidade no mundo luso-colonial. Algo que permitisse a construção de relações livres. Algo difícil ao Francisco Mina é certamente mais factível ao Francisco Nunes de Moraes. Enfim uma estratégia, sem dolo, mas com ganho. (ENGEMANN, 2005, 132)

Se analisarmos esses elementos a luz dos demais registros, é possível encontrar indícios de sua validade. As escravas Gracia Benguela, Isabel, Maria e Rita

⁷ Apesar do sobrenome, não consta que fosse da família senhorial; talvez fosse um agregado.

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino

(do plantel Pinto Bandeira), além de não adotarem o uso de sobrenomes (assim como seus companheiros), constroem seus laços sociais dentro do universo do cativo, contraindo relações de compadrio com outros escravos do plantel senhorial. Por seu turno, a escrava Ana Maria e seu esposo Martinho Correia Garcia logram, nos batizados de seus dois filhos, atar relações com pessoas livres e de estrato social superior, entre os quais o futuro governador da capitania, Rafael Pinto Bandeira, filho de Francisco, seu senhor.

Essa diferenciação na forma como se constituíam as relações sociais no interior desta casa, portanto, nos dão pistas de um exercício de estratificação no qual participavam cativos, seus senhores e familiares, integrando uma hierarquia costumeira marcada por lealdades e por uma relação de interdependência que imbricava esses atores em uma trama intrincada. Essas teias superpostas iam, assim, cimentando a estratificação social daquela sociedade, ao ligarem famílias escravas e seus senhores em uma estrutura complexa que se legitimava e se retroalimentava a partir do exercício coletivo de diferenciação levado a cabo por cada um e pelo conjunto desses agentes.

Negras da terra e seus compadres: as redes de compadrio das índias administradas

Devemos a John Manuel Monteiro o esclarecimento da questão da administração particular indígena na sociedade colonial brasileira. Em seu conhecido estudo, este brasilianista enfrentou com êxito esta questão, expondo de forma clara o modo como o sistema de administração funcionava, grosso modo, como um logro para esconder uma efetiva escravização da mão de obra nativa (MONTEIRO, 1994). Do mesmo modo, o autor chamava a atenção para o uso do batismo católico como mecanismo de incorporação desse grupo populacional à sociedade em formação, apontando como "o compadrio representava um passo significativo na integração dos índios à sociedade paulista" do século XVII (MONTEIRO, 1994, 163).

Nos confins sulistas do império português no século XVIII, essa situação parecia não ter chegado a termo. Ao menos é a impressão que temos ao analisar os registros de batismos da freguesia de Viamão no período. Chamam a atenção dois aspectos: o primeiro é o apagamento desse grupo populacional dos registros, a despeito da instalação do Aldeamento dos Anjos ocorrido em 1757, por ocasião da

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino

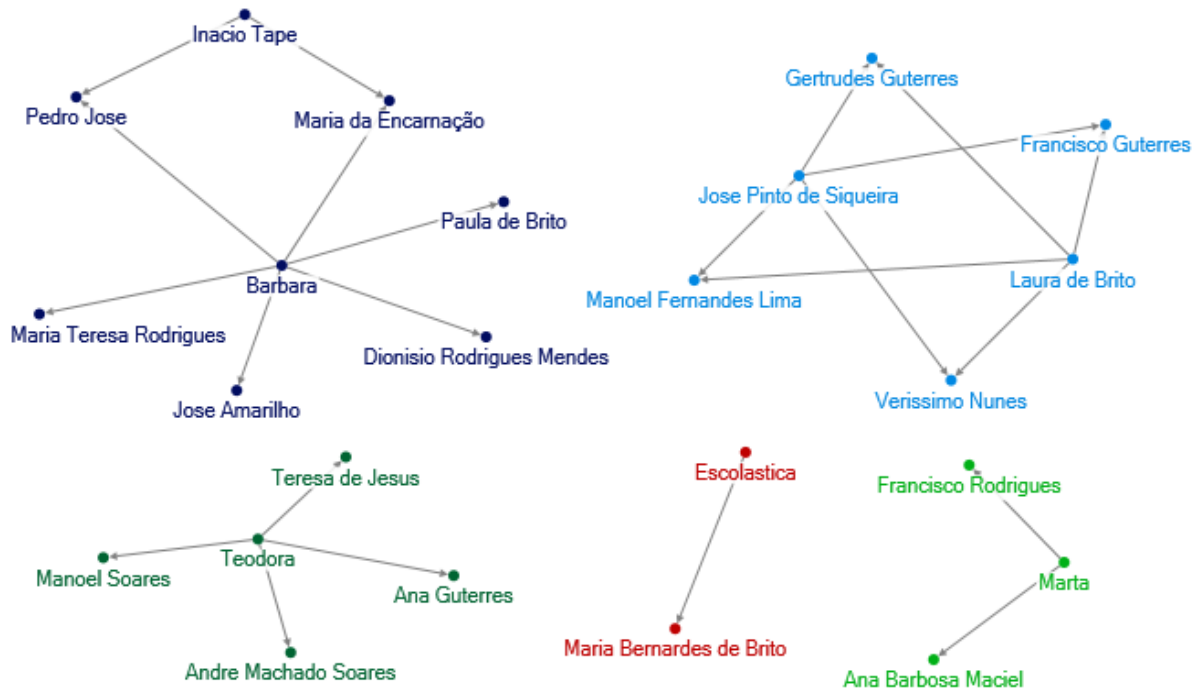
transferência de um contingente guarani, oriundo da região das Missões, quando da tentativa de demarcação decorrente dos termos do Tratado de Madrid. O segundo elemento é justamente a forma como esses agentes eram designados nos (poucos) registros em que figuravam: índios administrados é o termo que mais aparece, seguido de índios forros (em número muito menor). Se alforria era uma condição que pressupunha a saída do cativo, e a administração (como vimos) pressupunha justamente o cativo, temos que essa população estava, de fato, integrada a essa sociedade sulista na forma de mão-de-obra escrava.

De fato, o *corpus* selecionado para este ensaio reuniu os registros que envolveram índios de um grande 'plantel' da região, cinco índias no total, sendo três delas casadas, todas administradas pela senhora Ana da Guerra. Esta 'dona' era viúva do fazendeiro Diogo da Fonseca Martins e filha do proeminente capitão-mor da vila de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, além de ser tia do já mencionado Francisco Pinto Bandeira. Os róis de confessados da década de 1750 dão conta que o número de administrados sob sua tutela poderiam ultrapassar o número de 20 indivíduos. A escolha desse recorte se justifica pela sua representatividade: essa fazenda possuía, de longe, o maior plantel de administrados da região, além destes terem predominado nos registros de batismos que envolveram indígenas no período.

Dito isto, cabe apresentar a rede de relacionamentos forjada por estes indivíduos, o que pode ser conferido no grafo a seguir:

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino



Grafo 3 – Redes de compadrio – Família indígenas

Fonte: Livro 1 de Batismo de Viamão

A partida, chamam nossa atenção dois elementos desse grafo: sua fragmentação e a expressiva participação de membros de famílias potentadas locais. A existência de cinco componentes isolados, havendo em cada um a participação de apenas uma das administradas de dona Ana, dá a impressão de que as relações sociais de cada uma dessas mulheres respondiam a escolhas – ou oportunidades – independentes. Mas será isso mesmo?

Primeiro, importa dizer que mesmo que as redes sociais de cada uma dessas mulheres reunisse indivíduos diferentes, elas podem revelar expedientes semelhantes. Existe pelo menos uma boa pista disso. Se analisarmos a *egonet*⁸ das índias administradas Bárbara (acima, à esquerda), Teodora (abaixo, à esquerda) e Laura (acima, à direita), podemos notar que suas relações de parentesco espiritual foram marcadas pelo contato com famílias locais importantes.

A primeira, Bárbara, teve como padrinhos do seu primeiro filho o estancieiro Dionísio Rodrigues Mendes (um dos primeiros povoadores da região) e sua filha mais velha, Maria Teresa. Além de potentado fazendeiro e senhor de escravos, Dionísio foi

⁸ A expressão *egonet* designa o conjunto de relações concentradas em torno de um nó ou agente da rede.

ÍNDIAS, PRETAS E DONAS NA MESMA TRAMA: INTERDEPENDÊNCIA E HIERARQUIA SOCIAL NO BRASIL COLONIAL (VIAMÃO, 1747-1759)

Israel Aquino

também um ‘campeão de batismos’, sendo o nome que reuniu o maior número de afilhados na freguesia na década de 1750, mantendo-se como um padrinho preferencial nas décadas seguintes. Completam a lista de compadres de Bárbara outros quatro moradores da região, todos livres. Já a índia Teodora teve dois filhos, nos anos de 1755 e 1757, sendo ambos batizados por padrinhos com ‘qualidades’: no primeiro batismo, compareceram a pia batismal o casal André Machado Soares, estancieiro e cirurgião, e sua esposa Teresa. Já no segundo, temos o casal Manoel Soares Pinto e Ana Maria Guterres, aparentados de duas importantes famílias com terras na região: os Guterres e os Pinto Bandeira.

Já para a administrada Laura, temos uma rede formada pelo ‘oficial de pedreiro’ Verissimo Nunes, pelo português Manoel Fernandes Lima e pelos irmãos Francisco e Gertrudes Guterres, oriundos da já citada família Guterres, originária da Colônia da Sacramento. Todos homens e mulheres livres. Aliás, chama a atenção essa característica da rede de compadrios desta índias administradas: não há nenhum padrinho ou madrinha de condição social ‘subalterna’, apenas pessoas livres, e em sua maioria pertencentes a elite econômica local.

Para o caso de Laura, temos novamente o expediente de adoção de um sobrenome ligado à casa da qual fazia parte (no caso, o sobrenome Brito). O mesmo ocorre com seu esposo, José Pinto de Siqueira, também um índio administrado da casa de Ana de Brito. Mas, pelo menos para este caso, isso não parece ter sido um diferencial no interior do grupo: todas as mulheres deste grupo tiveram oportunidade de firmar relações com compadres possuidores de ‘qualidades’ valorizadas naquela sociedade.

Mais uma vez, o quadro geral demonstra como o compadrio criava laços que atravessavam àquela sociedade, ligando diferentes estratos e criando compromissos e expectativas de parte a parte. A insistência dessas relações verticais permite demonstrar como, por um lado, interessava aos senhores e donas dessa sociedade criar vínculos com indivíduos alegadamente subalternos, mas que lhes serviam de base social e clientela social, contribuindo para o acúmulo de prestígio, poder e capital relacional. Por outro lado, as pistas deixadas pelas relações de parentesco espiritual apontam para estratégias que beneficiavam também essas mulheres e suas crias, ao

constituir relações que poderiam resultar em proteção e benefícios, de ordem econômica ou não.

Considerações finais

No presente trabalho buscamos produzir um breve ensaio, utilizando as ferramentas fornecidas pela Análise de Redes Sociais para examinar algumas das características das redes de apadrinhamento formadas por mulheres escravas e administradas no século XVIII, com o objetivo de tecer algumas considerações iniciais a respeito da forma como a instituição do compadrio era utilizada. Considerando o referencial adotado e nossos resultados preliminares, as relações identificadas sugerem o uso do compadrio como parte de uma estratégia social destas mulheres. As redes apresentadas permitem identificar um conjunto de alianças verticais, onde temos a associação entre diferentes camadas sociais, criando assim compromissos e expectativas que vinculavam essas cativas às suas casas e à comunidade onde estavam inseridas.

A imagem que nos vem à mente a partir do estudo dessas relações é a de teias superpostas no tempo e no espaço, integrando personagens de diferentes estratos sociais em intrincadas redes de proteção, favorecimento e reciprocidade. Assim, ao analisar as redes formadas através da instituição do compadrio por mulheres provenientes das camadas econômicas subalternas dessa sociedade, o que percebemos foi uma presença regular de proprietários de terra e seus familiares, homens livres e personagens de destaque, criando relações que personificam as normas de hierarquia e equidade que atravessavam àquela comunidade.

Cabe ressaltar que estas primeiras considerações apresentam limitações evidentes, seja por sua brevidade, seja pelo recorte limitado, ou ainda pela fase inicial em que se encontra nossa pesquisa de mestrado. Esperamos, com a continuidade da pesquisa em curso e a extensão das análises a outras camadas sociais envolvidas, poder contribuir para o aprofundamento deste debate.

Referências:

Fontes primárias manuscritas:

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. Livro 1º de Batismos de Viamão. 1747-1759.

RÓIS DE CONFESSADOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VIAMÃO. Anos de 1751, 1756, 1757 e 17588.

Fontes primárias publicadas:

NEUMANN, Eduardo; KUHN, Fábio. Resgate de fontes paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. 1º Livro de Batismo de Viamão. Porto Alegre. 2009.

Livros, artigos, teses e outras publicações acadêmicas:

BARNES, J. Clase y comités en una comunidad isleña Noruega. In: SANTOS, F. R. (org.). **Análisis de redes sociales: orígenes, teorías y aplicaciones**. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2003. p. 121-146.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Escuela de Historia**. Rosário: UNR, n. 6, p. 47-80, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/BWpg1d>>. Acesso em 06/04/2018.

BRUGGER, Silvia M. J. **Minas Patriarcal: família e sociedade**, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades. In: FLORENTINO, Manolo (Org). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 169-206.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844). **Topoi**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, n. 29, p. 389-413, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/s3yE56>>. Acesso em 06/04/2018.

FRAGOSO, João. A Economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império Português (século XVI e XVII). **Dimensões**, Vitória: UFES, v. 13, p. 14-27, 2001.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 1, p. 45-122, 2000.

- FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João, e GOUVEIA, Maria de Fátima. **Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 244-294.
- FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 11, n. 21, p. 74-106, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/mx4DQL>>. Acesso em 06/04/2018.
- FREEMAN, Linton C. Social Networks and the Structure Experiment. In: Freeman, L.C.; White, D.R.; Romney, A.K. **Research Methods in Social Network Analysis**. (USA) New Brunswick, Londres: Transaction Publishers, 1992. p. 1-40.
- FIORAVANTE, Fernanda. Considerações acerca da Análise de Rede Social nas sociedades de Antigo Regime. **Revista de Teoria da História**, Goiânia: UFG, n. 10, p. 221-240, 2013.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. In: CROSS, R.; PARKER, A.; SASSON, L (Orgs). **Networks in the knowledge economy**, Oxford: University Press, 2003. p. 109-129.
- HANNEMAN, Robert A. Introducción a los métodos del Análisis de Redes Sociales. **Revista Redes**, Barcelona: UAB, 2000. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es/webredes/text.htm>>. Acesso em 06/04/2018
- HAMEISTER, Martha D. No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa: UEPG, v. 15, p. 95-128, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/m9oTgY>>. Acesso em 06/04/2016.
- HAMEISTER, Martha D. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ, PPG em História Social (Tese de Doutorado). 2006.
- HESPANHA, António M. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Tempo**, Niterói: UFF, v. 11, n. 21, p. 121-143, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/z81NwK>. Acesso em 06/04/2018.

HESPANHA, Antônio M. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. **Análise Social**, Lisboa: ICS-UL, v. 27, p. 951-973, 1993. Disponível em: <https://goo.gl/7YQdtU>. Acesso em 06/04/2018.

IMIZCOZ BEUNZA, José María. Comunidda, red social y élites: un análisis de la vertebración social em el Antiguo Régimen. In: _____. **Elites, poder e red social: las élites des País Vaco y Navarra em la Edad Moderna**. Bilbao: Universidad del País Vaco, 1996.

KÜHN, Fabio. **Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII**. Niterói: UFF, PPG em História (Tese de Doutorado), 2006.

LEMERCIER, Claire. Formal network methods in history: why and how? **Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies**, Brepols: CSO, p.281-310, 2015.

LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 51-86.

MATHIAS, Carlos. Análise de Rede Social. **Interthesis**, Florianópolis: UFSC, v. 11, n. 1, p. 131-146, 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/azTSEk>>. Acesso em 06/04/2018.

MAUSS, Marcel. Essai sur le don forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. **L'Année sociologique**, v. 1, 1923. p. 30-186. Disponível em: <<https://goo.gl/PejfKd>>. Acesso em 06/04/2018

MITCHELL, J. C. Social networks. **Annual review of anthropology**, v. 3, p. 279-299, 1974.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PANDOLFI, F. C. ; BUENO, N. P. Análise de redes sociais em História: noções básicas e sugestões de aplicação. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão Historiador: formação e mercado de trabalho**. Juiz de Fora: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/Cf3hfo>>. Acesso em 06/04/2018.

PONCE LEIVA, Pilar; AMADORI, Arrigo. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis. **Revista**

Complutense de Historia da America, Madrid: UC, v. 34, p. 15-42. Disponível em: <<https://goo.gl/susM7Z>>. Acesso em 06/04/2018

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia Historia**, Belo Horizonte: UFMG, n. 31, p. 41-68, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/3X9Uzi>>. Acesso em 06/04/2018.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial**, 1500-1808. Editora Objetiva, 2000. Verbetes: Compadrio, p. 126-127.

VENÂNCIO, Renato; SOUSA, Maria José; PEREIRA, Maria Teresa. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 273-294, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/T6amkg>>. Acesso em 06/04/2016.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In. MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal – O Antigo Regime**. v. 4, p. 339-349, 1998.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social Network Analysis: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Artigo recebido em 09/04/2018

Artigo aceito em 18/06/2018